

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

Informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019 e relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Em 31 de março de 2020



Índice

	Página
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Informações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020	12

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12ª andar
Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
Guarulhos – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Revisão de Informações Intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 104.744 mil durante o período de três meses findo em 31 de março de 2020 e que, naquela data, o patrimônio líquido estava negativo em R\$ 1.897.988 mil e o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 1.415.022 mil.

A Administração, baseada no plano de negócios, considera que, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa e reequilíbrio do capital circulante líquido.

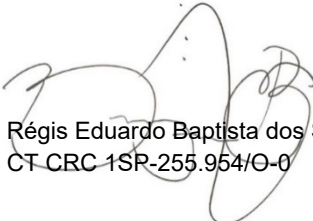
Em 31 de março de 2020, a eventual não confirmação do referido plano de negócios, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de junho de 2020



Régis Eduardo Baptista dos Santos
CT-CRC 1SP-255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	186.142	127.257
Aplicações financeiras vinculadas	5	271.705	46.322
Contas a receber	6	211.605	251.639
Estoques		10.279	9.678
Impostos a recuperar	7a	36.927	36.171
Despesas antecipadas		1.407	3.607
Outros adiantamentos		5.923	5.054
		<u>723.988</u>	<u>479.728</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	5	127.097	126.449
Contas a receber	6	3.795	4.530
Impostos diferidos ativos	7b	45.511	19.540
Estoques		9.405	9.391
Impostos a recuperar	7a	377.719	383.869
Partes relacionadas	8	17.730	17.730
Depósitos judiciais	14	22.048	20.187
Imobilizado	9	10.369	11.248
Intangível	10	13.870.990	14.059.360
		<u>14.484.664</u>	<u>14.652.304</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>15.208.652</u>	<u>15.132.032</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		45.492	53.005
Empréstimos e financiamentos	11	238.672	216.082
Debêntures	12	93.955	85.711
Impostos a recolher	7d	26.361	39.677
Obrigações com empregados e administradores		22.960	20.684
Concessão de serviço público	13	1.540.164	1.477.166
Partes relacionadas	8	25.426	25.426
Receita diferida	15	19.780	19.780
Adiantamento de clientes		11.656	14.553
Outros passivos	16	114.544	139.958
		<u>2.139.010</u>	<u>2.092.042</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	2.378.872	2.444.340
Debêntures	12	622.675	625.673
Concessão de serviço público	13	11.808.525	11.603.123
Provisão para obrigações legais	14	19.205	17.439
Receita diferida	15	137.364	141.944
Adiantamento de clientes		989	715
		<u>14.967.630</u>	<u>14.833.234</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	17	2.624.558	2.624.558
Prejuízo acumulado		(4.417.802)	(3.543.349)
Resultado do período		(104.744)	(874.453)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(1.897.988)</u>	<u>(1.793.244)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
		<u>15.208.652</u>	<u>15.132.032</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM
31 DE MARÇO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
			(Reapresentado*)
Receita líquida de serviços e cessão de espaço		500.701	502.571
Receita de construção		13.919	2.968
Receita operacional líquida	18	<u>514.620</u>	<u>505.539</u>
Custo dos serviços prestados	19	(353.948)	(353.173)
Custo de construção	19	(13.919)	(2.968)
Lucro bruto		<u>146.753</u>	<u>149.398</u>
Despesas gerais e administrativas	19	(29.148)	(34.896)
Outras receitas e despesas	19	57	3.272
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>117.662</u>	<u>117.774</u>
Resultado financeiro líquido	20	(248.377)	(312.110)
Resultado antes dos impostos		<u>(130.715)</u>	<u>(194.336)</u>
Imposto de renda e contribuição social	7c	<u>25.971</u>	<u>13.790</u>
Prejuízo líquido do período		<u>(104.744)</u>	<u>(180.546)</u>
Prejuízo líquido por ação (em reais)	26	<u>(0,035)</u>	<u>(0,060)</u>

* Reapresentação vide Nota 2.3.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS DE TRÊS
MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/03/2020	31/03/2019
Prejuízo do período	<u>(104.744)</u>	<u>(180.546)</u>
Total do resultado abrangente no período	<u>(104.744)</u>	<u>(180.546)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	2.624.558	(4.417.802)	(1.793.244)
Prejuízo do período	-	(104.744)	(104.744)
EM 31 DE MARÇO DE 2020	<u>2.624.558</u>	<u>(4.522.546)</u>	<u>(1.897.988)</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.624.558	(3.543.349)	(918.791)
Prejuízo do período	-	(180.546)	(874.453)
EM 31 DE MARÇO DE 2019	<u>2.624.558</u>	<u>(3.723.895)</u>	<u>(1.099.337)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES
FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/03/2020	31/03/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes dos impostos		(130.715)	(194.336)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	9/10	224.479	221.577
Baixa de imobilizado e intangível	9/10	3.038	4.180
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	6/19	158	7.409
Provisão para obrigações legais	14	1.766	864
Apropriação de receita diferida	15	(3.006)	(2.825)
Variações monetárias e encargos, líquidas		247.197	313.096
Reequilíbrio econômico financeiro	13/15	(3.528)	(4.301)
Realização do custo de captação de empréstimos/debêntures	11/12	239	237
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber		40.611	5.013
Estoques		(615)	(484)
Outros adiantamentos		(869)	151
Impostos a recuperar		5.394	2.353
Depósitos judiciais		(1.861)	(2.273)
Despesas antecipadas		2.200	193
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(9.341)	(32.110)
Obrigações com empregados e administradores		2.276	3.258
Impostos a recolher		(13.316)	(1.157)
Adiantamento de clientes		(2.623)	(8.569)
Outras obrigações e contas a pagar		(25.414)	(4.210)
Outorga variável	13	56.389	57.182
Receita diferida	15	-	2.500
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		392.459	367.748
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		(253.620)	(284.073)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		32.408	57.420
Aquisição de intangível		(2.237)	(19.073)
Aquisição de imobilizado	9	-	(3)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(223.449)	(245.729)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	11/12	(50.930)	(49.636)
Juros pagos	11/12	(59.195)	(65.803)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(110.125)	(115.439)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		58.885	6.580
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período		127.257	502.468
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período		186.142	509.048
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		58.885	6.580

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES
FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u> (Reapresentado*)
Receitas		688.447	678.839
Receita tarifária e não tarifária	18	674.686	683.280
Receita de construção	18	13.919	2.968
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	19	(158)	(7.409)
Insumos adquiridos de terceiros		(233.484)	(224.441)
Custos dos serviços prestados		(195.240)	(202.198)
Custo de construção	19	(13.919)	(2.968)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(24.325)	(19.275)
Valor adicionado bruto		454.963	454.398
Retenções			
Depreciação e amortização	19	(224.479)	(221.577)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		230.484	232.821
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	20	7.239	15.106
Valor adicionado total a distribuir		237.723	247.927
Distribuição do valor adicionado		237.723	247.927
Pessoal e encargos		25.284	25.636
Remuneração direta		17.297	17.912
Benefícios		6.755	6.394
FGTS		1.232	1.330
Impostos, taxas e contribuições		61.822	76.264
Federais		40.158	53.872
Municipais		21.664	22.392
Remuneração do capital de terceiros		255.361	326.573
Juros	20	71.823	83.476
Atualização outorga	20	180.193	241.527
Outros		3.345	1.570
Remuneração de capital próprio		(104.744)	(180.546)
Prejuízo do período		(104.744)	(180.546)

* Reapresentação vide Nota 2.3

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E DE
2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Concessionária”, “Companhia”, “Aeroporto” ou “GRU Airport”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. GRUPAR (“GRUPAR”), uma controlada do grupo INVEPAR, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) com 49%, constituída em 08 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B” e tem como principal objeto social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 05 anos. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descritos na Nota Explicativa nº 13.

Em 31 de março de 2020, a Concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$ 104.744 (R\$ 180.546 em 31 de março de 2019), um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.415.022 (R\$ 1.612.314 em 31 de dezembro de 2019) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em R\$ 1.897.988 (R\$ 1.793.244 em 31 de dezembro de 2019). As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação patrimonial atual de prejuízo, capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a Concessionária gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Em dezembro de 2017, com o intuito de melhorar a estrutura de capital para os próximos anos, a Concessionária aderiu à reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa, instituída pela Lei nº 13.999/17, antecipando parcialmente o valor da outorga fixa de 2018 e postergando na mesma proporção o valor para 2031 e 2032 (vide Nota Explicativa nº 13).

Pelos próximos 12 anos, a Concessionária realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

1.1. CORONAVIRUS (COVID-19)

Contexto Operacional

Efeitos da pandemia do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, causador da COVID-19. Esta declaração desencadeou uma série de decisões por governos e sociedades públicas e privadas para conter o avanço do vírus. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

Como consequência dos efeitos da pandemia do Coronavírus, a Companhia verificou queda significativa no desempenho operacional na última semana do mês de março em 85% (comparado ao mesmo período do ano anterior), como pode ser visto com mais detalhes nos Fatos Relevantes dos dias 09 de abril de 2020 (*), 11 de maio e 16 de junho de 2020 da Controladora e na Nota Explicativa nº 27 – Eventos Subsequentes.

Aeroporto (passageiros mil)	1T20	1T19	%	25 a 31 mar-20	25 a 31 mar-19	%
GRU Airport	10.252	10.930	-6%	117	786	-85%

(*) Dados publicados no Fato relevante eram prévios e foram atualizados pela base real.

Todavia, apesar da queda acentuada na demanda e das limitações estabelecidas pelo contrato de concessão, a Companhia está fazendo o necessário para manter a correta operação e manutenção dos negócios e empregos. Nosso propósito, em meio a uma das maiores crises já vivenciadas na história, é manter o atendimento à sociedade, cuidando do nosso principal ativo, que são as pessoas. No entanto, não se pode negar que a manutenção do nível de serviço fará com que Companhia e demais empresas do segmento sofram forte pressão no fluxo de caixa, gerando consequências para o setor, que já vem sendo castigado pelas crises anteriores.

A despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza sobre os efeitos da pandemia na economia local e global, principalmente em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus e, desta forma, ainda não conseguimos precisar quando vamos retornar aos níveis de normalidade nas operações. Estamos nos preparando tanto para uma situação de prolongamento da atual crise quanto para uma retomada imediata. Enquanto isso, manteremos nossos canais de comunicação com colaboradores, *stakeholders* e com o mercado em geral, mesmo que distante. Tomaremos as medidas necessárias e possíveis para mitigar os efeitos negativos causados por essa crise e esperamos que as condições econômicas gerais e nos nossos negócios sejam restabelecidas brevemente.

Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia instaurou um Comitê, formado pela Diretoria da GRU Airport, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Concessionária, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19, utilizando para isso os meios legais de comunicação previstos na Instrução CVM 358/02, quais sejam Comunicados ao Mercado e Fatos Relevantes, publicados na página de relações com investidores da Companhia e também disponíveis nos *websites* da CVM e da B3. A cada novo evento ou ocorrência relevante para os negócios da Companhia e relacionado aos efeitos do Coronavírus, a área de RI avalia a necessidade de divulgação de atualizações sobre o assunto ao mercado e propõe ao Diretor de Relações com Investidores a referida publicação.

Reflexos esperados nas Demonstrações Contábeis e Informações Contábeis Intermediárias da Companhia:

Para as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 2019, que devem ser lidas em conjunto com esta Informação Contábil Intermediária, a Companhia considerou os efeitos relacionados à propagação do Coronavírus como um evento subsequente, uma vez que o anúncio da OMS de que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, realizado em 11 de março de 2020, desencadeou uma série de decisões por governos e sociedades públicas e privadas para conter o avanço do vírus. A partir desta data, a Companhia passou a verificar e mensurar alterações significativas nas atividades da concessão, como consequência das medidas adotadas para conter o avanço da pandemia.

Para estas Informações Contábeis Intermediárias referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2020, estão contemplados nos resultados os efeitos adversos ocorridos em função da pandemia do novo Coronavírus. Além disso, em linha com os normativos legais, a Companhia realizou uma série de revisões e avaliações que implicaram em alterações em algumas linhas e contas patrimoniais e de resultados. Abaixo estão os principais reflexos nas Informações Contábeis Intermediárias:

- **Receita de Serviços:** O reconhecimento das receitas auferidas pela Concessionária, no caso das receitas tarifárias, se dá pela tarifação do fluxo ou movimentação de aeronaves, passageiros e cargas quando da efetiva utilização dos serviços, conforme contrato de concessão. Portanto, a queda na demanda, conforme mencionado acima, teve como consequência uma redução na rubrica de Receitas de Serviços da Concessionária. A receita de serviços não tarifários, relacionadas, principalmente, à cessão de espaços através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas, não apresentou redução expressiva neste primeiro trimestre devido ao bom desempenho nos dois primeiros meses do ano, assim como pelas relações contratuais existentes. Contudo, isto não a isenta de reduções mais expressivas nos próximos meses motivadas por renegociações e rescisões de contratos, a depender da extensão das medidas de distanciamento social e, por conseguinte, sérias restrições de caixa por parte dos parceiros comerciais da Companhia;
- **Fluxos de Caixa:** Impactos decorrentes, principalmente, da redução da Receita de Serviços, mencionada anteriormente.

- Perdas esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD): Ainda não é possível verificar os reflexos nas perdas relacionadas a créditos de liquidação duvidosa no 1º trimestre de 2020, porém poderemos observar os reflexos no aumento da provisão nos próximos trimestres, dada o impacto direto do COVID-19 nas empresas do segmento aéreo e cessionários da Concessionária.

Manutenção dos Negócios:

Comitê de Gestão de Crises, as áreas que participam e forma de atuação:

A Concessionária montou um Comitê de Gestão de Crises para tratar exclusivamente dos assuntos relacionados ao Coronavírus. Em GRU Airport, o comitê é formado pela Diretoria e realiza diariamente reuniões com o objetivo de:

- Acompanhar os impactos causados pela pandemia na Concessionária;
- Traçar e definir as ações para mitigar esses impactos;
- Avaliar e implementar medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os colaboradores da Concessionária, familiares bem como para os usuários do aeroporto.

Plano de continuidade das operações e principais ações:

Desde que instalada a pandemia do novo Coronavírus, a Companhia tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Concessionária, destacamos:

1º) Preservação da saúde e segurança das pessoas

- Adoção do *Home Office* para os colaboradores onde esta modalidade for possível;
- Afastamento dos colaboradores pertencentes aos grupos de risco;
- Adoção das medidas de proteção recomendadas pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações;
- Promover comunicação regular e transparente com todos os colaboradores; e
- Veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos, avisos sonoros e mensagens nos canais digitais da Concessionária.

2º) Comunicação com *Stakeholders*

- Manter o público investidor e o mercado em geral informados sobre os impactos do Coronavírus na Concessionária;
- Estreitar relações com a cadeia de fornecedores, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais para a continuidade dos negócios;
- Revisão junto aos credores dos termos e condições pactuadas em contratos financeiros;
- Conversas estruturadas juntos aos poderes concedentes para reequilíbrio econômico financeiro no contrato de concessão; e
- Consultas aos assessores legais para acompanhamento de potenciais passivos judiciais.

3º) Revisão da estratégia de manutenção e continuidade dos negócios

- Avaliação do caixa e de necessidade de liquidez nos curto e médio prazos;
- Monitorar e responder rapidamente aos riscos operacionais e financeiros;
- Acompanhar e considerar alternativas para a cadeia de suprimentos;
- Determinar como a crise afeta o orçamento e impacta no planejamento e continuidade dos negócios; e
- Monitorar as iniciativas de suporte para as empresas e sociedade promovidas pelos governos, órgãos públicos e bancos de desenvolvimento.

4º) Resiliência e preparação para a recuperação

- Executar a estratégia de negócios revisada e seguir monitorando a situação;
- Tomar decisões e promover ações considerando um cenário de recuperação à frente; e
- Reavaliar e recalibrar as oportunidades de negócios.

Providências que estão sendo tomadas para preservar a saúde financeira da Concessionária:

As ações voltadas para a saúde financeira e liquidez da Concessionária face aos efeitos adversos nos negócios consequentes da pandemia do Coronavírus estão dadas em 2 momentos, quais sejam:

1º) Ganhar fôlego no curto prazo, com ações e frentes que trazem alívio imediato para o caixa, dentre as quais:

- Revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos: Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para o próximo exercício e trimestres, com manutenção apenas dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios;
- Renegociação com fornecedores;
- Otimização das operações: Suspensão temporária das operações no Terminal 1, das operações internacionais no Terminal 2, concentrando essas operações internacionais no Terminal 3, de forma a otimizar recursos e reduzir os custos operacionais do aeroporto;
- Postergação de pagamentos junto ao BNDES: Adesão ao programa de standstill implantado pelo BNDES, paralisando por 6 meses o pagamento das parcelas de juros e principal dos contratos de financiamento firmados pela Concessionária, no âmbito do pacote de medidas socioeconômicas aprovadas pelo banco em caráter emergencial e com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no Brasil e;
- Postergação do pagamento da Outorga de GRU Airport: Adesão à postergação do pagamento da outorga fixa e variável da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos para 18 de dezembro de 2020, nos termos da Medida Provisória nº 925.

2º) Soluções para o médio e longo prazos, com ações que precisam ser estruturadas e aprovadas junto a bancos, credores e órgãos reguladores no sentido de alongar o calendário de pagamento da dívida e de obter os reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos de concessão.

- Alongamento do calendário da dívida: Interlocução direta com credores e bancos buscando novas condições e prazos para pagamento das obrigações contratuais;
- Estudos para soluções de liquidez: Com o auxílio de assessoria especializada, a diretoria da Companhia segue avaliando as alternativas de captação de recursos para injetar liquidez necessária para a sustentabilidade dos negócios a longo prazo;
- Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão: Por meio de uma atuação setorial, coordenada entre a Companhia, outras empresas de infraestrutura e associações do setor, estão sendo promovidas conversas estruturadas com os poderes concedentes buscando o restabelecer o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão em função dos impactos causados pela pandemia do novo Coronavírus.

Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Sob o âmbito regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu o Parecer nº 261/2020 à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, no qual conclui que a pandemia declarada pela OMS em maio do corrente ano se enquadra no conceito de força maior.

No mais, frente à MP 925/2020, foi assinado no último dia 14 de maio aditamento ao contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos, postergando o pagamento das outorgas fixa e variável devidas no ano de 2020 para o dia 18 de dezembro do corrente ano.

Sendo assim, a avaliação da Companhia é que os contratos serão reequilibrados pelos efeitos advindos da pandemia e que tais reequilíbrios seriam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários bem como a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Avaliação de ativos financeiros

Não foram identificados para o fechamento das informações intermediárias de 31 de março de 2020, eventos e condições que justificassem um aumento da perda esperada com relação aos ativos financeiros, além daquelas já registradas, descritas na nota explicativa nº 6.

Desta forma, não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos, principalmente, relacionado a realização de contas a receber, recuperabilidade do ativo intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Concessionária acredita, até o momento, que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já mencionado anteriormente, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apresentação das informações contábeis intermediárias

A Administração da Concessionária autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 24 de junho de 2020, que foram elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019, não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2019”), publicadas na imprensa oficial em 20 de março de 2020 e nos websites: www.cvm.gov.br e www.gru.com.br. Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2019.

2.2. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Concessionária.

2.3 Reapresentação de exercícios anteriores

Em 31 de dezembro de 2019, a Concessionária efetuou a contabilização correspondente a receita de construção e custo de construção, conseqüentemente, a demonstração do resultado e do valor adicionado, bem como as referidas Notas Explicativas nºs 18 – Receitas e 19 – Custos e Despesas foram corrigidas pela reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior afetado, para manter a comparabilidade entre os períodos.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

a) Objeto

O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A – Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Infraero para a Concessionária (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013);
- FASE I-B – Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014);
- FASE I-C – Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) (fase concluída em 12 de maio de 2016);

- FASE II – Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (fase atual da Concessionária no período findo em 31 de março de 2020).

Prazo de vigência

O contrato de concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Contribuição ao sistema

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/MTPA, o montante, em valores reais, passa a ser R\$ 16.655.000 decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original.

O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Bens integrantes da concessão

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

b) Direitos e deveres

Deveres gerais

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Investimentos

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

c) Remuneração da Concessionária

Receitas Tarifárias

São constituídas, pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas não tarifárias

São constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros.

d) Transferência da concessão e do controle societário

A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

e) Utilização do complexo aeroportuário

Disposição gerais

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	392	1.293
Aplicações em fundos de investimento lastreadas em títulos públicos	<u>185.750</u>	<u>125.964</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>186.142</u></u>	<u><u>127.257</u></u>

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais, em valores mobiliários do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil (Bacen) e em operações lastreadas em títulos públicos federais, com remuneração média de 96,59% do CDI (97,91% do CDI em 31 de dezembro de 2019), investimentos de curto prazo e com alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante	271.705	46.322
Conta Pagamento/ Reserva	271.705	46.322
Não circulante	127.097	126.449
CDB - Garantia Duke Energy	4.491	4.448
Conta Reserva	122.606	122.001
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	<u>398.802</u>	<u>172.771</u>

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações lastreadas nestes títulos.

Os fundos são remunerados pela taxa média de 96,59% do CDI (97,91% do CDI em 31 de dezembro de 2019) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

Do montante de aplicação financeira registrado no ativo não circulante R\$ 4.491 (R\$ 4.448 em 31 de dezembro de 2019) refere-se à aplicação em CDB junto ao Banco Itaú BBA, remunerado pela taxa média de 96,20% do CDI, cedido como garantia em contrapartida ao suprimento de energia elétrica no mercado livre, conforme contrato de compra e venda de energia elétrica entre a Concessionária e a Rio Parapanema Energia (empresa do Grupo Duke Energy).

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves	154.066	179.724
Armazenagem	11.532	14.089
	<u>165.598</u>	<u>193.813</u>
Contas a receber não tarifárias		
Receitas acessórias	<u>103.464</u>	<u>115.860</u>
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	<u>(53.662)</u>	<u>(53.504)</u>
Total contas a receber	<u>215.400</u>	<u>256.169</u>
Circulante	<u>211.605</u>	<u>251.639</u>
Não circulante	<u>3.795</u>	<u>4.530</u>

Em 31 de março de 2020 a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total líquido de PECLD	Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE MARÇO DE 2020	215.400	(53.662)	177.278	37.565	432	149	29	34	43	53.532
31 DE DEZEMBRO DE 2019	256.169	(53.504)	250.216	5.702	58	56	41	20	166	53.414

Em 31 de março de 2020, a provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é de R\$ 53.662 (R\$ 53.504 em 31 de dezembro de 2019).

Movimentação na provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo no início do período/ exercício	(53.504)	(37.701)
Adição/ Reversão	(158)	(17.168)
Baixa	-	1.365
Saldo no fim do período/ exercício	<u>(53.662)</u>	<u>(53.504)</u>

O IFRS9/CPC48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, introduziu novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, substituindo o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo de “perdas de créditos esperadas”.

A Concessionária revisou sua política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de “perdas de crédito esperadas”, avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando do julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de *aging* de vencimento:

Títulos à vencer	Vencimentos								
	< 30 dias	31 à 60 dias	61 à 90 dias	91 à 120 dias	121 à 150 dias	151 à 180 dias	181 à 210 dias	211 a 240 dias	> 241 dias
-	-	25,0%	39,7%	56,8%	69,8%	80,1%	91,61%	100,0%	100,0%

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRRF	7.847	7.384
IRPJ a compensar	823	641
CSLL a compensar	172	133
PIS e COFINS	28.064	27.972
ISSQN	21	41
Total dos impostos a recuperar - circulante	<u>36.927</u>	<u>36.171</u>
PIS e COFINS - não circulante	<u>377.719</u>	<u>383.869</u>
Total	<u><u>414.646</u></u>	<u><u>420.040</u></u>

O montante de PIS e COFINS apresentado em impostos a recuperar é composto pelos créditos das contribuições sobre os investimentos e são compensados à medida da amortização dos bens contabilizados no ativo intangível. Conforme o OCPC 05, o ativo intangível é amortizado em função da curva estimada de demanda, pelo prazo da concessão.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Concessionária, em conformidade com o CPC 32 – Impostos sobre o lucro (IAS 12), Instrução CVM 371, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	693.179	693.179
Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis	18.041	18.041
Total	<u>711.220</u>	<u>711.220</u>
Passivo diferido		
Outorga fiscal(*)	(530.811)	(541.644)
AVP outorga fiscal	(102.276)	(117.093)
Margem de construção(*)	(28.692)	(29.265)
AVP reequilíbrio	(3.930)	(3.678)
Total	<u>(665.709)</u>	<u>(691.680)</u>
Saldo ativo diferido líquido	<u>45.511</u>	<u>19.540</u>

(*) os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV do artigo. 69 da Lei nº 12.973/14.

A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	<u>Ativo</u>
2022	15.899
2023	29.673
2024	41.795
2025 a 2032	623.853
	<u>711.220</u>

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social – alíquota nominal e efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(130.715)	(194.336)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	44.443	66.074
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do período		
Diferenças permanentes	(9)	(136)
Imposto de renda e contribuição social diferido não constituído	(18.463)	(52.148)
Total dos impostos no resultado - diferido	<u>25.971</u>	<u>13.790</u>

A Concessionária não constituiu o montante de R\$ 18.463 em 31 de março de 2020 e R\$ 52.148 em 31 de dezembro de 2019 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O valor acumulado, até 31 de março de 2020 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.542.418 (R\$ 1.523.955 em 31 de dezembro de 2019).

d) Impostos a recolher

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Impostos sobre receita		
PIS e COFINS	16.396	26.887
ISSQN	6.204	7.755
	<u>22.600</u>	<u>34.642</u>
Impostos retidos sobre serviços		
ISSQN terceiros	731	987
IRRF	672	1.224
INSS s/terceiros	1.556	1.922
CSRF	802	902
	<u>3.761</u>	<u>5.035</u>
Circulante	<u>26.361</u>	<u>39.677</u>

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações contábeis intermediárias.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária.

A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/03/2020	
			Ativo não circulante	Passivo circulante
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905
CART (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521
			<u>17.730</u>	<u>25.426</u>

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2019	
			Ativo não circulante	Passivo circulante
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905
CART(ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521
			<u>17.730</u>	<u>25.426</u>

a) Sumário das transações entre partes relacionadas

- (i) A Concessionária e a Infraero possuem valores de receitas e custos a serem repassados entre as partes, decorrentes da transição da operação.
- (ii) O passivo com a coligada CART são valores referentes aos gastos com funcionários cedidos à Concessionária.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o período foi a seguinte:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	1.180	1.238
Outros benefícios	291	82
Encargos	<u>246</u>	<u>219</u>
Total da remuneração	<u><u>1.717</u></u>	<u><u>1.539</u></u>

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de abril de 2020 para o exercício de 2020, é de R\$ 12.114, incluindo os encargos previdenciários incidentes.

Em 31 de março de 2020, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 3.440 (R\$ 2.580 em 31 de dezembro de 2019).

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	<u>31/12/2019</u>	Adições	Baixas	Saldo em <u>31/03/2020</u>
Custo					
Instalações	5%	11.944	-	(3)	11.941
Máquinas e equipamentos	10%	3.736	-	(1.962)	1.774
Móveis e utensílios	10%	2.758	-	(990)	1.768
Veículos	20%	2.274	-	-	2.274
Equipamentos de informática	20%	10.385	-	(5.616)	4.769
Imobilizado em andamento		-	-	-	-
Total		<u>31.097</u>	<u>-</u>	<u>(8.571)</u>	<u>22.526</u>
Depreciação acumulada					
Instalações		(3.586)	(285)	1	(3.870)
Máquinas e equipamentos		(2.957)	(35)	1.959	(1.033)
Móveis e utensílios		(2.068)	(35)	949	(1.154)
Veículos		(1.780)	(42)	-	(1.822)
Equipamentos de informática		(9.458)	(161)	5.341	(4.278)
Total		<u>(19.849)</u>	<u>(558)</u>	<u>8.250</u>	<u>(12.157)</u>
Imobilizado líquido		<u><u>11.248</u></u>	<u><u>(558)</u></u>	<u><u>(321)</u></u>	<u><u>10.369</u></u>

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %			Saldo em 31/03/2019
		31/12/2018	Adições	Transferência	
Custo					
Instalações	5%	11.944	-	-	11.944
Máquinas e equipamentos	10%	3.704	3	29	3.736
Móveis e utensílios	10%	2.751	-	-	2.751
Veículos	20%	2.274	-	-	2.274
Equipamentos de informática	20%	10.331	-	-	10.331
Imobilizado em andamento		88	-	(29)	59
Total		31.092	3	-	31.095
Depreciação acumulada					
Instalações		(2.446)	(285)	-	(2.731)
Máquinas e equipamentos		(2.777)	(51)	-	(2.828)
Móveis e utensílios		(1.872)	(52)	-	(1.924)
Veículos		(1.536)	(91)	-	(1.627)
Equipamentos de informática		(8.548)	(262)	-	(8.810)
Total		(17.179)	(741)	-	(17.920)
Imobilizado líquido		13.913	(738)	-	13.175

Sobre o ativo imobilizado da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

Perdas por redução ao valor recuperável

Em 31 de março de 2020, não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

10. INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %			Saldo em 31/03/2020	
		Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas		Transferências
Custo						
Software e sistemas	20%	28.370	-	(5.854)	1	22.517
Outorga fixa - concessão	(a)	14.662.964	33.772	-	-	14.696.736
Investimento para concessão	(a)	4.296.993	1.486	(3.546)	13.919	4.308.852
Em andamento		30.222	3.010	-	(13.920)	19.312
Total		19.018.549	38.268	(9.400)	-	19.047.417
Amortização acumulada						
Software	20%	(25.504)	(1.038)	5.854	-	(20.688)
Outorga fixa - concessão	(a)	(3.880.281)	(161.679)	-	-	(4.041.960)
Investimento para concessão	(a)	(1.053.404)	(61.204)	829	-	(1.113.779)
Total		(4.959.189)	(223.921)	6.683	-	(5.176.427)
Intangível líquido		14.059.360	(185.653)	(2.717)	-	13.870.990

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em				Saldo em
		31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2019
Custo						
Software e sistemas	20%	27.934	-	-	-	27.934
Outorga fixa - concessão	(a)	14.415.534	73.126	-	-	14.488.660
Investimento para concessão	(a)	4.117.309	3.377	(4.180)	2.968	4.119.474
Em andamento		78.902	21.780	-	(2.968)	97.714
Total		18.639.679	98.283	(4.180)	-	18.733.782
Amortização acumulada						
Software	20%	(21.138)	(1.104)	-	-	(22.242)
Outorga fixa - concessão	(a)	(3.208.616)	(164.172)	-	-	(3.372.788)
Investimento para concessão	(a)	(829.764)	(55.560)	-	-	(885.324)
Total		(4.059.518)	(220.836)	-	-	(4.280.354)
Intangível líquido		14.580.161	(122.553)	(4.180)	-	14.453.428

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente a finalização de cada fase. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na Nota Explicativa nº 13.

As adições no período referem-se, em sua maioria, às obras em andamento e capitalização dos encargos da outorga fixa.

No período findo em 31 de março de 2020, foram capitalizados no ativo intangível R\$ 33.772 de atualização monetária da outorga fixa (R\$ 73.126 em 31 de março de 2019) e R\$ 431 de juros sobre empréstimos e financiamentos (R\$ 2.393 em 31 de março de 2019).

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Perdas por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de março de 2020, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2020 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do contrato de concessão).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2019	Juros incorridos	Juros capitalizados	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Saldo final 31/03/2020
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.858.211	35.431	-	(29.768)	(35.864)	1.828.010
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	3.144	33	-	-	(40)	3.137
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	799.061	15.823	431	(12.486)	(16.438)	786.391
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	6	6	-	-	(6)	6
Total					2.660.422	51.293	431	(42.254)	(52.348)	2.617.544
Parcela do circulante					216.082					238.672
Parcela do não circulante					2.444.340					2.378.872

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2018	Juros incorridos	Juros capitalizados	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Saldo final 31/03/2019
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.883.395	44.429	-	(26.333)	(39.999)	1.861.492
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	3.135	53	-	-	(47)	3.141
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	808.949	17.655	2.393	(11.050)	(18.145)	799.802
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	6	6	-	-	(6)	6
Daycoval	CCB	jul/19	CDI	5,54%	12.492	281	-	(5.000)	(538)	7.235
Total					2.707.977	62.424	2.393	(42.383)	(58.735)	2.671.676
Parcela do circulante					176.564					174.950
Parcela do não circulante					2.531.413					2.496.726

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. Em 31 de março de 2020 o montante capitalizado no período foi de R\$ 431 (R\$ 2.393 em 31 de março de 2019).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2021	201.106
2022	289.249
2023	315.365
2024 em diante	1.573.152
	<u>2.378.872</u>

Financiamento de longo prazo – Finem Repasse Direto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 435.000, (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 487.000, e (iv) “subcrédito C” no valor de R\$ 17.300. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Financiamento de longo prazo – Finem Repasse Indireto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, todos os bancos, cada qual, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 643.000; (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 187.000; e (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Fiança

Em 1º de julho de 2014, a Concessionária contratou Carta Fiança no montante de R\$ 665 para garantir o pagamento de quantias questionadas nos autos da Execução de Título Extrajudicial, Processo nº 1007422-31.2014.8.26.0224 perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos – SP. Este saldo é atualizado de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e com o *spread* de 2,9% a.a.

Cédula de Crédito Bancário (CCB)

Em 14 de dezembro de 2017, a Concessionária utilizou o montante de R\$ 30.000 da Cédula de Crédito Bancário (CCB), com a finalidade de capital de giro, com juros remuneratórios, obtidos pela composição da taxa CDI e sobre preço efetivo anual. Em 08 de julho de 2019, este valor foi liquidado.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassadores e às debêntures de 1ª emissão e de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário tem como garantia as cláusulas restritivas:

- Os financiamentos são garantidos através do: (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças; e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAR) e contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);
- A Concessionária possui o contrato de suporte de acionistas e outras avenças (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando a contribuição fixa e variável;
- Os contratos de financiamento de longo prazo possuem obrigações financeiras, *covenants*, que obrigatoriamente deverão ser apresentados após a conclusão de todas as obras financiadas, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

12. DEBÊNTURES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente a 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª série terá seu pagamento em 15 de março, a 2ª série em 15 de junho, a 3ª série em 15 de setembro e a 4ª série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será em 09 parcelas anuais, a partir de 15 de março de 2017 até 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>3ª série</u>	<u>4ª série</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das notas promissórias emitidas em 07 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>Data</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo final 31/12/2019	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/03/2020
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	354.479	10.736	(8.676)	(6.847)	-	349.692
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	362.719	9.794	-	-	-	372.513
Custo com emissão				(5.814)	-	-	-	239	(5.575)
Total				711.384	20.530	(8.676)	(6.847)	239	716.630
Parcela do circulante				85.711					93.955
Parcela do não circulante				625.673					622.675

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo inicial 31/12/2018	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/03/2019
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	371.066	11.057	(7.253)	(7.068)	-	367.802
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	367.860	9.992	-	-	-	377.852
Custo com emissão				(6.774)	-	-	-	237	(6.537)
Total				732.152	21.049	(7.253)	(7.068)	237	739.117
Parcela do circulante				52.057					73.279
Parcela do não circulante				687.965					665.838

Em 31 de março de 2020, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 5.575 (R\$ 6.537 em 31 de março de 2019).

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2021	75.322
2022	107.061
2023	118.824
2024 em diante	321.468
	<u>622.675</u>

Até 31 de março de 2020, a Concessionária realizou o pagamento de amortização do principal e dos juros das debêntures, conforme abaixo:

Pagamento	1º Emissão				2º Emissão	Total
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Série única	
Principal	8.676	-	-	-	-	8.676
Juros	6.847	-	-	-	-	6.847

Garantias e cláusulas restritivas financeiras
(Vide Nota Explicativa nº 11)

13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Objeto	Saldo inicial 31/12/2019	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Saldo final 31/03/2020
Outorga variável	232.134	56.389	-	-	-	288.523
Outorga fixa	1.254.437	-	17.279	3.239	(13.859)	1.261.096
(-) Reequilíbrio	(9.405)	-	(50)	-	-	(9.455)
Circulante	1.477.166	56.389	17.229	3.239	(13.859)	1.540.164
Outorga fixa	11.682.545	-	162.914	30.533	13.859	11.889.851
(-) Reequilíbrio	(79.422)	-	(1.904)	-	-	(81.326)
Não circulante	11.603.123	-	161.010	30.533	13.859	11.808.525
Total	13.080.289	56.389	178.239	33.772	-	13.348.689

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

Objeto	Saldo inicial 31/12/2018	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Saldo final 31/03/2019
Outorga variável	230.379	57.182	-	-	-	287.561
Outorga fixa	1.202.651	-	22.036	6.672	(13.250)	1.218.109
(-) Reequilíbrio	(9.812)	-	(359)	-	-	(10.171)
Circulante	1.423.218	57.182	21.677	6.672	(13.250)	1.495.499
Outorga fixa	11.833.718	-	219.491	66.454	13.250	12.132.913
(-) Reequilíbrio	(79.605)	-	(2.296)	-	-	(81.901)
Não circulante	11.754.113	-	217.195	66.454	13.250	12.051.012
Total	13.177.331	57.182	238.872	73.126	-	13.546.511

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

Outorga fixa

Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a orientação técnica OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrem no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). Até 31 de dezembro de 2019, a Concessionária já liquidou 07 parcelas.

Repactuação da outorga fixa

Em 17 de agosto de 2017, através da Nota Técnica nº 11(SEI)/2017/SRA, a ANAC consentiu a reprogramação do fluxo de pagamento das outorgas e apresentou aditivo do contrato, estabelecendo o novo fluxo de pagamentos.

Em 26 de outubro de 2017, a Medida Provisória nº 779/17, que tratava sobre a reprogramação do pagamento da contribuição fixa, foi convertida na Lei nº 13.499/17, a qual, celebra os aditivos contratuais que versem sobre a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016.

Em 19 de dezembro de 2017, após o pagamento integral da outorga fixa de 2017, a Concessionária realizou a antecipação do valor de R\$ 319.000 (em valores de 2012), atualizado até esta data, totalizando o montante de R\$ 460.000 referente à parte da outorga fixa de 2018, em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/MTPA. De acordo com o referido aditamento, a Concessionária postergou para os anos entre 2031 e 2032 o montante pago antecipadamente de R\$ 319.000, devidamente atualizado. O saldo remanescente de R\$ 172.650 (em valores de 2012), foi pago em 11 de julho de 2018, devidamente atualizado, totalizando o montante de R\$ 242.740.

Outorga variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos e devoluções. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

1º Reequilíbrio econômico financeiro

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à Infraero no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou 1ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico financeiro.

Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela, serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e, eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores, deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

14. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>Provisões</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/03/2020</u>
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	16.573	2.974	(1.318)	108	18.337
Tributário (b)	170	-	-	1	171
Administrativos (c)	353	-	(25)	3	331
Cíveis (d)	343	43	(29)	9	366
Total	17.439	3.017	(1.372)	121	19.205

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Riscos possíveis - Valores não provisionados

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para riscos		
Trabalhistas (a)	2.769	2.932
Tributários (b)	404.387	334.838
Administrativo (c)	41.935	41.489
Cíveis (d)	151.311	136.273
Total	<u>600.402</u>	<u>515.532</u>

a) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 79% do total das contingências.

b) Riscos tributários

Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), e lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos. No caso do IPTU, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio do contrato de concessão junto à ANAC.

Há também um processo judicial (Ação Civil Pública por ato de Improbidade Administrativa nº 1000336-33.2019.8.26.0224) que tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos cujo objeto é a alíquota de ISS estipulada pela Prefeitura entre os anos de 2012 a 2015, incidente sobre as receitas tarifárias.

c) Riscos Administrativos

Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, Anvisa, Ipem-SP/Inmetro, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo.

d) Riscos cíveis

Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas.

Depósitos recursais e judiciais

Em 31 de março de 2020, a Concessionária possuía R\$ 22.048 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 20.187 em 31 de dezembro de 2019).

15. RECEITA DIFERIDA

	Saldo inicial 31/12/2019	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/03/2020
Cessão de espaço	12.024	-	(3.006)	3.006	12.024
Reequilíbrio	7.756	-	(2.083)	2.083	7.756
Circulante	19.780	-	(5.089)	5.089	19.780
Cessão de espaço	89.237	-	-	(3.006)	86.231
Reequilíbrio	52.707	-	509	(2.083)	51.133
Não Circulante	141.944	-	509	(5.089)	137.364
	161.724	-	(4.580)	-	157.144
	Saldo inicial 31/12/2018	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/03/2019
Cessão de espaço	9.981	625	(2.825)	3.464	11.245
Reequilíbrio	7.756	-	(2.038)	2.038	7.756
Circulante	17.737	625	(4.863)	5.502	19.001
Cessão de espaço	94.076	1.875	-	(3.464)	92.487
Reequilíbrio	59.288	-	392	(2.038)	57.642
Não Circulante	153.364	1.875	392	(5.502)	150.129
	171.101	2.500	(4.471)	-	169.130

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

A atualização do reequilíbrio econômico, feita por meio do reconhecimento do ajuste a valor presente ao resultado, se dá em base sistemática semelhante à apropriação da receita diferida. Por este motivo, o montante de receita diferida de reequilíbrio econômico no passivo não circulante não teve qualquer movimentação de atualização.

16. OUTROS PASSIVOS

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Repasso PAN/PAT (a)	143	54
Repasso ao Tesouro Nacional (b)	55.164	74.039
Contribuição Mensal (c)	59.237	65.865
Total	<u>114.544</u>	<u>139.958</u>

- (a) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). Os percentuais são variáveis e determinados conforme peso das bagagens e cargas.
- (b) O repasse ao Tesouro Nacional corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825/99. O repasse corresponderá a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidenses) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do Contrato de Concessão.
- (c) A Contribuição Mensal corresponde ao montante mensal resultante da aplicação de alíquota de 22,65% sobre a receita mensal proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pouso e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital social

Em 31 de março de 2020, o capital social da Concessionária é de R\$ 2.624.558 (em 31 de dezembro de 2019 era R\$ 2.624.558), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	<u>31/03/2020</u>		
	<u>Capital</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>%</u>
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	1.338.525	1.547.106.254	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	1.286.033	1.486.435.421	49
Total	<u>2.624.558</u>	<u>3.033.541.675</u>	<u>100</u>

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ou período, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/03/2020	31/03/2019
		(Reapresentado)*
Receita operacional bruta tarifária		
Receita de aeronave e passageiros	254.980	279.919
Receita de armazenagem e capatazia	160.493	144.423
Total da receita operacional bruta tarifária	<u>415.473</u>	<u>424.342</u>
Receita operacional bruta não tarifária		
Receitas acessórias	259.213	258.938
Total da receita operacional bruta não tarifária	<u>259.213</u>	<u>258.938</u>
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	<u>674.686</u>	<u>683.280</u>
Deduções da receita bruta	<u>(173.985)</u>	<u>(180.709)</u>
PIS	(11.065)	(11.243)
COFINS	(50.968)	(51.787)
ISSQN	(21.242)	(21.714)
Contribuição mensal	(86.401)	(93.333)
Devoluções e cancelamentos	<u>(4.309)</u>	<u>(2.632)</u>
Receitas líquidas de serviços e cessão de espaço	<u>500.701</u>	<u>502.571</u>
Receita de construção	<u>13.919</u>	<u>2.968</u>
Receita operacional líquida	<u><u>514.620</u></u>	<u><u>505.539</u></u>

* Reapresentação vide Nota 2.3.

19. CUSTO E DESPESAS

	31/03/2020	31/03/2019
		(Reapresentado)*
Pessoal e encargos	(29.103)	(29.607)
Conservação e manutenção	(23.343)	(22.542)
Comunicação, marketing e publicidade	(259)	(249)
Seguros e garantias	(2.207)	(3.148)
Serviços de terceiros	(31.840)	(32.971)
Veículos	(199)	(136)
Consultoria e assessoria	(2.160)	(2.348)
Aluguéis e impostos	(1.655)	(2.008)
Energia elétrica	(10.334)	(9.638)
Contingências	(2.956)	(1.076)
PECLD	(158)	(7.409)
Outorga variável	(55.459)	(56.238)
Depreciação e amortização	(224.479)	(221.577)
Custo de construção	(13.919)	(2.968)
Outros	1.113	4.150
	<u>(396.958)</u>	<u>(387.765)</u>
Custo dos serviços prestados	(353.948)	(353.173)
Custo de construção	(13.919)	(2.968)
Despesas gerais e administrativas	(29.148)	(34.896)
Outras receitas e despesas	57	3.272
	<u>(396.958)</u>	<u>(387.765)</u>

* Reapresentação vide Nota 2.3.

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/03/2020	31/03/2019
Receita financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	4.819	11.905
Outras receitas financeiras	2.420	3.201
Total	<u>7.239</u>	<u>15.106</u>
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre outorga fixa	(180.193)	(241.527)
Juros sobre debêntures	(20.530)	(21.049)
Juros sobre empréstimos	(51.293)	(62.426)
Comissões e despesas bancárias	(847)	(787)
Outros	(2.753)	(1.427)
Total	<u>(255.616)</u>	<u>(327.216)</u>
Total do resultado financeiro líquido	<u>(248.377)</u>	<u>(312.110)</u>

21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão aeroportuária” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

22. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev) – com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 – contrato de concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 – SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro – Guarulhos – Capítulo XV – das disposições transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do Infraprev, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

A Concessionária contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de avaliação atuarial do Plano CV de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33.

Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

23. SEGUROS

Em 31 de março de 2020, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantem continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil aeroportuário, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao aeroporto).

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Riscos operacionais	1.600.000	24/05/2019	24/05/2020	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos (US\$)	500.000	24/05/2019	24/05/2020	Mapfre Seguros
Garantia de obrigações públicas *	555.321	04/06/2019	04/06/2020	Fator Seguradora/Pottencial Seguradora
Seguro de equipamentos móveis	3.300	24/05/2019	24/05/2020	Allianz Seguros S.A.
Seguro de vida – bombeiros	56.560	24/05/2019	24/05/2020	Tokio Marine Seguradora
Seguro de frota	600.000	24/05/2019	24/05/2020	Tokio Marine Seguradora

*Limite de R\$ 670.972 até 10 de julho e endossado em 11 de julho de 2019.

A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do grupo INVEPAR, com vigência de maio de 2019 a maio de 2020 com limite máximo de garantia de R\$ 100.000 com a XL Seguros.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2020 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Instrumentos financeiros		31/03/2020		
	Valor justo	Custo amortizado	Total	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	186.142	-	186.142	
Aplicações financeiras vinculadas	398.802	-	398.802	
Contas a receber	-	215.400	215.400	
Partes relacionadas	-	17.730	17.730	
Total do ativo	584.944	233.130	818.074	
Passivos				
Fornecedores	-	45.492	45.492	
Partes relacionadas	-	25.426	25.426	
Empréstimos e financiamentos	-	2.617.544	2.617.544	
Debêntures (*)	-	722.205	722.205	
Concessão de serviço público	-	13.348.689	13.348.689	
Total do passivo	-	16.759.356	16.759.356	

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Instrumentos financeiros		31/12/2019		
	Valor justo	Custo amortizado	Total	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	127.257	-	127.257	
Aplicações financeiras vinculadas	172.771	-	172.771	
Contas a receber	-	256.169	256.169	
Partes relacionadas	-	17.730	17.730	
Total do ativo	300.028	273.899	573.927	
Passivos				
Fornecedores	-	53.005	53.005	
Partes relacionadas	-	25.426	25.426	
Empréstimos e financiamentos	-	2.660.422	2.660.422	
Debêntures (*)	-	717.198	717.198	
Concessão de serviço público	-	13.080.289	13.080.289	
Total do passivo	-	16.536.340	16.536.340	

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/03/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	186.142	186.142	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	398.802	-	398.802	-
Total	584.944	186.142	398.802	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/03/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.617.544	-	2.617.544	-
Debêntures (*)	722.205	-	722.205	-
Concessão de serviço público	13.348.689	-	-	13.348.689
Total	16.688.438	-	3.339.749	13.348.689

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	127.257	127.257	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	172.771	-	172.771	-
Total	300.028	127.257	172.771	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.660.422	-	2.660.422	-
Debêntures (*)	717.198	-	717.198	-
Concessão de serviço público	13.080.289	-	-	13.080.289
Total	16.457.909	-	3.377.620	13.080.289

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Debêntures

As debêntures, em 31 de março de 2020, apresentam valor de mercado de R\$ 674.263 (R\$ 730.972 em 31 de dezembro de 2019).

Fonte: CETIP

- Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.

- Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica de provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa, Nota Explicativa nº 6.

- Risco de liquidez

A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/03/2020
Fornecedores	45.492	-	-	-	45.492
Empréstimos	432.496	1.693.503	1.073.778	1.018.174	4.217.951
Debêntures	128.221	475.425	319.761	80.626	1.004.033
Concessão de serviço público	1.161.732	2.686.853	2.893.110	13.944.837	20.686.532
	<u>1.767.941</u>	<u>4.855.780</u>	<u>4.286.650</u>	<u>15.043.637</u>	<u>25.954.008</u>

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2019
Fornecedores	53.005	-	-	-	53.005
Empréstimos	414.153	1.537.996	2.071.552	289.509	4.313.210
Debêntures	126.317	479.860	415.263	-	1.021.440
Concessão de serviço público	1.254.437	2.710.486	4.460.378	12.525.677	20.950.978
	<u>1.847.912</u>	<u>4.728.342</u>	<u>6.947.193</u>	<u>12.815.186</u>	<u>26.338.633</u>

c) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras.

Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Nas tabelas a seguir, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária com base nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

Ativo financeiro

Operação	31/03/2020	Risco/indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalentes de caixa (*)	186.142	CDI (% ao ano)	7.948	5.961	3.974
Aplicações financeiras vinculadas	398.802	CDI (% ao ano)	17.029	12.772	8.514
<u>Referência para ativos financeiros</u>			<u>Provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
CDI (% ao ano)			4,27%	3,20%	2,14%

(*) O montante R\$ 185.750 corresponde a aplicações em fundos de investimento lastreados em títulos público indexadas pelo CDI.

Passivo financeiro

Operação	31/03/2020	Risco/indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos	2.617.544	TJLP (% ao ano)	131.924	164.905	197.886
Debêntures	722.205	IPCA (% ao ano)	8.089	4.785	5.742
Outorga Fixa	13.348.689	IPCA (% ao ano)	149.505	88.435	106.122
<u>Referência para passivos financeiros</u>			<u>Provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
TJLP (% ao ano)			5,04%	6,30%	7,56%
IPCA (% ao ano)			1,12%	0,66%	0,80%
CDI (% ao ano)			4,27%	5,34%	6,41%

25. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	431	2.393
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	33.772	73.126
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	1.828	3.692

26. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas informações contábeis intermediárias.

A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de março de 2020 e 2019, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído. A tabela a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

<u>Resultado básico e diluído por ação</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Numerador		
Resultado do período atribuído aos acionistas da Concessionária	(104.744)	(180.546)
Denominador (em milhares de ações)	3.033.542	3.033.542
Média ponderada por número de ações		
Resultado básico e diluído por ação - em reais	<u>(0,035)</u>	<u>(0,060)</u>

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Nas últimas semanas, foram tomadas as medidas necessárias, por parte dos governadores, sociedades e da população, para conter a disseminação do Coronavírus. Como consequência, a Companhia verificou impacto direto nos seus negócios, com queda no desempenho operacional, como pode ser verificado na tabela a seguir:

Aeroporto (passageiros mil)	Mai-20	Mai-19	%	Abr-20	Abr-19	%
GRU Airport	317	3.158	-90	279	3.378	-92

Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD): Ainda não é possível verificar os reflexos nas perdas relacionadas a créditos de liquidação duvidosa no 1º trimestre de 2020, porém poderemos observar os reflexos no aumento da provisão nos próximos trimestres, dada o impacto direto do COVID-19 nas empresas do segmento aéreo e cessionários da Concessionária.

A Administração da Companhia, desde o início da pandemia, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, criou um comitê para gestão desta crise, que se reúne diariamente para acompanhar e gerenciar de forma rápida e diligente os impactos relacionados ao Coronavírus, bem como determinar as providências a serem tomadas para mitigar os seus efeitos. As ações tomadas para a preservação da saúde dos colaboradores, de terceiros e as providências para manutenção da saúde financeira da Companhia permanecem sob constante gestão e aprimoramento.

Por fim, a Companhia reitera que ainda há grande incerteza sobre a extensão dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia e que permanecerá atenta a toda e qualquer informação e/ ou evento relacionado ao Coronavírus, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados sobre os fatores que tragam efeitos relevantes para a Concessionária.

* * *